

1.01
CH

DOCUMENTO DE REVISÃO DE ESTATUTOS

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DO ALTO TEJO

ESTATUTOS

CAPÍTULO I **Princípios Fundamentais**

ARTIGO 1º **Definição**

1- A Associação de Estudos do Alto Tejo, adiante designada por Associação, é uma organização não governamental do ambiente, sem fins lucrativos, constituída de acordo com a lei em vigor, regendo-se por estes estatutos, regulamento interno e pelas leis portuguesas aplicáveis, e terá uma duração indeterminada.

2- O nome da Associação de Estudos do Alto Tejo poderá ser abreviado por AEAT.

ARTIGO 2º **Objectivos**

São objectivos desta Associação a defesa, conservação e valorização do património cultural e natural nas regiões envolventes e vizinhas do Alto Tejo Português, através do seu estudo, da realização de actividades formativas e de convívio com a natureza, bem como da promoção do seu desenvolvimento sustentável.

ARTIGO 3º **Património Social**

- 1- Entende-se por património social o conjunto de todos os bens móveis e imóveis, físicos e monetários, adquiridos durante a sua existência.
- 2- Esta Associação disporá de fundos constituídos pelas quotizações dos associados e pelos apoios de entidades públicas ou privadas.

ARTIGO 4º **Património Cultural**

- 1- As descobertas e os achados de património móvel conferem o direito de estudo mas não de posse aos seus achadores.
- 2- O espólio recolhido na área de actuação da Associação deverá ser depositado de preferência nos museus concelhios ou distritais ou nos depósitos credenciados pelas entidades competentes.
- 3- O conhecimento acumulado, a respeito do património da região, deverá ser transmitido aos organismos competentes e divulgado publicamente.
- 4- As publicações e estudos realizados no âmbito das actividades da Associação, ou sobre materiais sob a sua guarda, deverão mencionar obrigatoriamente e de forma explícita, o nome da Associação.

FHC
CH

ARTIGO 5º

Sede

A Associação terá a sua sede em Vila Velha de Ródão, a qual poderá ser transferida para outro local por decisão da Assembleia-geral.

CAPITULO II

Dos Órgãos

ARTIGO 6º

Elegibilidade

Só poderão ser eleitos para titulares dos órgãos sociais da Associação os sócios efectivos.

ARTIGO 7º

Estruturas

São órgãos da Associação de Estudos do Alto Tejo:

- a) A Assembleia-Geral;
- b) A Coordenação;
- c) O Conselho Fiscal.

ARTIGO 8º

Da Assembleia-Geral

1- A Assembleia-Geral é o órgão deliberativo da Associação, sendo as suas resoluções tomadas por maioria absoluta de votos dos sócios presentes, ressalvadas as excepções previstas nos presentes estatutos.

2- Compõem-na todos os sócios da Associação, os quais nela têm direito a voto.

3- A Assembleia-Geral reúne ordinariamente duas vezes por ano:

a) No último trimestre do ano, para aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte e ainda para a criação, extinção ou confirmação de regiões de trabalho e grupos de estudos;

b) No primeiro trimestre do ano seguinte, para apreciação e aprovação do Relatório de Actividades e Contas do ano transacto.

4- De dois em dois anos proceder-se-á à eleição dos titulares da mesa da Assembleia-geral, da Coordenação e do Conselho Fiscal.

5- A Assembleia-geral reúne extraordinariamente por iniciativa da mesa da Assembleia, a requerimento da Coordenação, do Conselho Fiscal, ou de um quinto dos sócios ou de terço dos sócios efectivos.

6- São aceites votos por delegação ou por correspondência para efeitos de eleição, desde que recebidos até um dia antes da realização da Assembleia-geral.

f. Hs
CH

ARTIGO 9º

Da Mesa da Assembleia-geral

- 1- A mesa da Assembleia-Geral é constituída pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário e dois Suplentes, eleitos de entre os sócios efectivos, em lista completa, por voto secreto.
- 2- Compete à mesa da Assembleia-Geral definir a ordem de trabalhos e convocar a Assembleia-geral, nos termos do art.º 8º.
- 3- A Assembleia-Geral será convocada no prazo mínimo de dez dias úteis de antecedência, mencionando o dia, local e hora, bem como a ordem de trabalhos.
- 4- Considera-se constituída a Assembleia-Geral desde que esteja presente a maioria simples dos sócios, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presentes.

ARTIGO 10º

Da Coordenação

- 1- A Coordenação é o órgão executivo da Associação, tendo como atribuições a execução do Plano de Actividades e Orçamento, aprovados em Assembleia-Geral, bem como a coordenação e orientação das actividades próprias.
- 2- Compete à Coordenação a apresentação do Relatório de Actividades e Contas à Assembleia-geral, após emissão de parecer do Conselho Fiscal a respeito deste último.
- 3- A Coordenação é composta pelo Coordenador Geral, Tesoureiro, Secretário e Seis Vogais.
- 4- Os membros da Coordenação têm por competência a administração e gestão corrente da Associação e são eleitos em lista completa, por voto secreto, em Assembleia-Geral.
- 5- Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes duas assinaturas de membros da Coordenação, devendo uma delas ser a do Coordenador ou do Tesoureiro, salvo delegação expressa de poderes do órgão em algum dos seus membros.
- 6- Nos meros actos de expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Coordenação.
- 7- Compete ao Coordenador Geral representar a Associação, sendo no seu impedimento representado por outro membro da Coordenação.
- 8- A Coordenação reúne-se ordinariamente de três em três meses e extraordinariamente sempre que se torne necessário, por convocação expressa do Coordenador Geral.
- 9- O Plano de Actividades e o Orçamento, o Relatório de Actividades e Contas e as propostas de admissão de sócios efectivos são apresentados à Assembleia-Geral pela Coordenação.

ARTIGO 11º

Do Conselho Fiscal

- 1- O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador das actividades da Associação.
- 2- Compete ao Conselho Fiscal apreciar e emitir parecer sobre o Relatório de Contas e Orçamento, apresentados anualmente.
- 3- O Conselho é composto pelo Presidente, Vice-Presidente, Relator e dois Vogais.
- 4- Os membros do Conselho Fiscal são eleitos em lista completa, por voto secreto, em Assembleia-Geral.
- 5- A convocação do Conselho Fiscal é efectuada pelo seu presidente.

114
41

ARTIGO 12º

Do Mandato dos Órgãos

A duração do mandato dos titulares dos órgãos eleitos é de vinte e quatro meses, podendo ser revogado a todo o tempo em Assembleia-Geral, por maioria qualificada de dois terços dos sócios, com fundamento em justa causa.

CAPITULO III

Dos Sócios

ARTIGO 13º

Dos sócios efectivos e sua admissão

- 1- São sócios efectivos os fundadores e todos aqueles que, por proposta de dois sócios efectivos, sejam admitidos em Assembleia-geral através de uma maioria de dois terços, apurada em votação secreta.
- 2- São admitidos como sócios efectivos os sócios apoiantes com antiguidade superior a doze meses, desde que tenham trabalho realizado no âmbito da Associação ou com currículo relevante.

ARTIGO 14º

Dos sócios apoiantes

São considerados sócios apoiantes todos os interessados, que sejam admitidos pela coordenação.

ARTIGO 15º

Da exclusão de sócios

- 1- A Assembleia-Geral poderá, por maioria de dois terços dos seus membros, decidir da exclusão de sócios nos casos em que estes, de forma expressa ou tácita, se afastem das finalidades da Associação não respeitem os estatutos ou o regulamento interno em vigor.

CAPITULO IV

Disposições finais

ARTIGO 16º

Cooperação

A Associação poderá filiar-se ou cooperar, mediante deliberação da coordenação, com associações ou organismos nacionais ou internacionais que prossigam fins idênticos aos seus.

f. 112
CH

ARTIGO 17º
Do período do exercício

O período do exercício corresponde ao ano civil.

ARTIGO 18º
Da revisão estatutária

Os presentes estatutos são passíveis de revisão, por proposta apresentada pela Coordenação, ou por um quinto dos sócios, e aprovada por três quartos dos presentes na Assembleia-Geral, reunida para o efeito.

ARTIGO 19º
Lacunas e omissões

As lacunas e omissões destes estatutos serão solucionadas pelo regulamento interno, cumprindo-se a lei geral, sem prejuízo das deliberações da Assembleia-Geral em matéria abrangida pela sua competência.

ARTIGO 20º
Da extinção


A Associação extingue-se nos termos da lei, competindo à Assembleia-Geral eleger uma comissão liquidatária e decidir sobre os destinos dos seus bens, nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 21º
Entrada em vigor - revogação

Os presentes estatutos, compostos por vinte e um artigos, foram aprovados por unanimidade em Assembleia-geral realizada no dia 17 de Novembro de 2006, anulam e revoga os anteriores e entrará em vigor logo que publicados em Diário da Republica.

Vila Velha de Ródão, 17 de Novembro de 2006

O Presidente da Assembleia-geral



O Coordenador Geral

